AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE MONITORAMENTO: UM ESTUDO DE CASO

Nonato Assis de Miranda
USCS/ UNIP – Brasil
mirandanonato@uol.com.br

Paulo Sérgio Garcia
USCS/Brasil
paulo.garcia@uscs.edu.br

Introdução

Este texto tem por finalidade apresentar e analisar indicadores de resultados educacionais obtidos por um grupo de escolas da Rede Estadual Paulista de ensino público, bem como refletir sobre políticas de monitoramento que têm subsidiado a gestão escolar com foco na melhoria dos resultados educacionais neste sistema de ensino.

Grosso modo, diante da legitimação de um sistema de avaliação centralizada, externa aos sistemas e às escolas (SILVA, 2016), bem como pautado nos “princípios político-administrativos e pedagógicos que enfatizaram a administração gerencial, a competição e a *accountability*, na perspectiva de uma lógica de mercado” (FREITAS, 2007, p. 187), o monitoramento de processos educacionais e avaliação institucional ganham centralidade nas políticas educacionais dos governos federal e estaduais.

Neste contexto, "monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado" (LÜCK, 2009, p. 43) pelos gestores escolares que, em certa medida, assumiram o monitoramento como um recurso estratégico de gestão diante da necessidade de se cumprir metas previamente estabelecidas.

Avaliação em larga escala e garantia de padrão de qualidade como princípios da educação

A relação entre avaliação em larga escala e qualidade da educação ganha relevância com advento do processo de democratização da educação institucionalizado pela Constituição Federal que, em seu capítulo terceiro, explicita ações no campo educacional, proclamando princípios de igualdade de acesso e permanência na escola, gratuidade, liberdade, garantia de padrão de qualidade e gestão democrática (BRASIL, 1988).

Assim, se a obrigatoriedade mais extensiva e o incentivo à gestão democrática tornaram-se elementos importantes (WERLE, 2011, p. 773), a responsabilidade da União e dos Estados no tange à garantia de um padrão mínimo de qualidade também mereceram destaque nas políticas educacionais.

Esta preocupação foi reafirmada e enfatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao enfatizar que a ampliação da obrigatoriedade tem implicações no padrão mínimo de qualidade (WERLE, 2011), o qual é explicitado no inciso IX do artigo 4º dessa lei ao mencionar o dever do Estado em garantir "[...] padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem" (BRASIL, 1996, p.8).

Para dar conta dessa demanda, no final da década de 1980, foram [...] "ensaiadas as experiências de avaliação em larga escala na Educação Básica que, com reformulações importantes" (WERLE, 2011, p. 744) permanecem vigentes.

A presença deste modelo de avaliação

[...] ganhou proeminência após o desdobramento do Saeb, em 2005, em duas avaliações complementares: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida pelo nome de Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). Ambas têm como objeto a avaliação de língua portuguesa (leitura) e matemática (resolução de problemas), mediante provas com itens de múltipla escolha aplicadas em alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 17).

A partir de então, os entes federados instituíram modelos próprios de avaliação como é o caso do Estado de São Paulo que criou o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) cujo

[...] primeiro grande momento [...] ocorreu de 1996 a 2002, se caracterizando por sua construção identitária, uma vez que esse sistema de avaliação se colocou como política educacional capaz de contribuir para uma nova cultura de avaliação do ensino de São Paulo, em busca da melhoria da qualidade educacional no contexto, em ampla ascensão, da avaliação em larga escala no Brasil da década de 1990 (CALDERÓN; OLIVEIRA, JÚNIOR, 2012, p. 64).

Desde sua criação, o Saresp tem sido aplicado "com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional" (SÃO PAULO, 2018, p. 1).

Avaliação em larga escala e monitoramento de resultados

Preocupada com o cumprimento de metas educacionais, a SEE implantou o Programa Gestão em Foco "cujo objetivo é promover a melhoria contínua da qualidade do aprendizado por meio da implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR) nas Diretorias de Ensino e escolas" (SÃO PAULO, 2017, p. 9).

É oportuno destacar que este projeto conta com uma metodologia criada pela Fundação Falconi para a ONG Parceiros da Educação e que, embora tenha sido implantado, oficialmente, no ano de 2017,

Um plano piloto realizado em 77 escolas da zona leste da capital paulista foi iniciado em 2016. Essas unidades registraram crescimento de 15% no Idesp, entre 2015 e 2016, segundo dados o governo. O projeto foi incluído no planejamento estratégico das 13 Diretorias de Ensino do município de São Paulo, tendo como base o Método de Melhoria de Resultados (MMR) (FALCONI, 2017, p.1).

A Diretoria de Ensino Leste 4, local onde o plano piloto foi realizado, contou com a assessoria da Fundação Falconi que acompanhou todo o processo. No caso das escolas das demais Diretorias Regionais da Capital (DE) cuja implantação deu-se, no ano de 2017, houve apenas uma visita de assessores desta Fundação por ocasião do lançamento do projeto. A partir de então, esse apoio veio da SEE que criou um Grupo de Trabalho (GT) para implementar o projeto nas demais DE.

No que tange aos resultados aferidos por essas escolas, observa-se que a despeito do crescimento de 15% no Idesp, conforme mencionado acima, de 2016 para 2017, a situação foi um pouco diferente. Se por um lado, foi constatado um leve crescimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2,30%), bem como um crescimento de 7,38% no Ensino Médio, por outro, houve uma queda de 9,7% no Idesp do Ensino Fundamental (anos finais).

Supõe-se que, a implantação de um projeto dessa natureza pode ser, *a priori*, bem sucedido no que tange ao alcance de metas, mas o êxito requer atenção e monitoramento que tem se constituído como "[...] um importante mecanismo de acompanhamento das políticas públicas, tendo o propósito de permitir a obtenção de informações que subsidiem o desenvolvimento de uma política, um programa ou projeto" (FERNANDES, 2014, p.46).

Pensando nisso, a SEE inovou acrescentando à ferramenta do MMR, em 2017, um sinalizador de processos que mede resultados parciais e, apesar de não ter relação direta com o Idesp é um bom indicador de que a escola está ou não no caminho para alcançar sua metas finais (SÃO PAULO, 2017).

Considerações finais

A despeito das críticas às políticas educacionais do Governo Paulista, a implantação do projeto Gestão em Foco tendo como carro chefe o MMR mostrou-se eficaz no que tange ao cumprimento de metas. Para tanto, a SEE implantou na ferramenta de gestão (MMR) um sinalizador de processos que facilitou o monitoramento das ações de gestão.

Referências

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M.H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013.

CALDERÓN, A. I.; OLIVEIRA JUNIOR, R. G. Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo. **Pesquisa e debate em educação**, v. 2, n. 2, p. 62-77, 2012.

FALCONI, F. **Gestão em foco**. Disponível em: < https://www.falconi.com/flcn_news/gestao-em-foco-na-educacao/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FERNANDES, F. S. Políticas públicas e monitoramento na educação infantil. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 44-72, maio/ago. 2014

FREITAS, D. N. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica, e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

SÃO PAULO. **Saresp permite monitorar avanços da educação básica no Estado**. Disponível em: < <http://www.educacao.sp.gov.br/saresp>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Gestão em foco**: guia para implementação do método de melhoria de resultados (MMR). São Paulo: SEE, 2017. Disponível em: < <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/05/guia-unificado.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SILVA, A. F. Políticas de accountability na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE** - v. 32, n. 2, p. 509 - 526 mai./ago. 2016.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.